

Instituto de
Pesquisa
Ambiental da
Amazônia - IPAM

**Demonstrações financeiras para
o exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e aos Administradores do
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 17 de julho de 2025, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 07 de agosto de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Lucas Ferreira Miziara', with a long horizontal flourish extending to the right.

Lucas Ferreira Miziara
Contador CRC DF-025008/O-8

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante		75.773.280	82.438.724
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	17.293.056	12.844.716
Aplicações financeiras	4.2	-	5.155.571
Recursos financeiros vinculados a projeto	5	48.532.524	55.833.606
Adiantamento a projetos	6	9.131.301	8.209.838
Tributos a recuperar	7	70.212	30.714
Adiantamentos concedidos	8	746.187	364.278
Não circulante		6.290.243	317.430
Aplicações financeiras e outros créditos	9	5.973.027	-
Imobilizado	10	317.216	317.430
Total ativo		82.063.523	82.756.153
Passivo			
Circulante		68.365.401	71.657.529
Obrigações sociais e trabalhistas	11	6.927.697	5.359.281
Obrigações tributárias		305.442	111.763
Obrigações com fornecedores vinculados a projetos		921.576	1.436.540
Obrigações com fornecedores		204.410	138.186
Obrigações com projetos	12	59.930.660	64.542.461
Outros passivos		75.616	69.298
Total passivo		68.365.401	71.657.529
Patrimônio líquido		13.698.122	11.098.624
Patrimônio social	15.1	5.943.053	8.608.929
Fundo patrimonial	15.2	5.155.571	-
Superávit do exercício		2.599.498	2.489.695
Total do passivo e patrimônio		82.063.523	82.756.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas de Projetos - Com Restrição		66.194.665	58.403.492
Receita com execução de projetos	23	66.194.665	58.403.492
Custo com execução de projetos - Com Restrição		(66.194.665)	(58.403.492)
Salário e encargos sociais	23	(27.090.818)	(24.367.678)
Consultoria de serviços	23	(5.305.227)	(3.449.770)
Despesas com viagens	23	(16.571.979)	(12.481.816)
Parcerias técnicas	23	(4.417.850)	(5.014.685)
Provisão de baixa de ativos de projetos	23	(442.141)	(233.974)
Outros custos	23	(5.452.731)	(3.189.135)
Despesas com materiais	23	(5.269.838)	(2.489.051)
Serviços ambientais	23	(1.644.082)	(7.177.383)
Receitas Operacionais - Sem restrição		7.559.953	6.129.938
Taxa administrativa	16	7.358.386	5.778.291
Doações individuais		201.567	351.647
Despesas Operacionais Próprias - Sem Restrição		(6.940.512)	(5.033.020)
Salário e encargos sociais	17	(3.215.235)	(2.988.876)
Consultoria e serviços	18	(904.376)	(636.824)
Despesas com viagens e eventos	19	(1.543.955)	(771.647)
Despesa com utilidades e serviços	20	(693.409)	(409.493)
Depreciação		(84.424)	(84.401)
Despesas gerais	21	(1.191.624)	(880.363)
Perda no encerramento de projetos	22	-	(138.782)
Ganho no encerramento de projetos	22	443.955	229.202
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		248.556	648.164
Receitas e Despesas Financeiras		1.980.057	1.392.777
Receitas financeiras	4.2	2.065.781	1.452.816
Despesas financeiras		(85.724)	(60.039)
Superávit do exercício		2.599.498	2.489.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Superávit do exercício		<u>2.599.498</u>	<u>2.489.695</u>
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>2.599.498</u>	<u>2.489.695</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

	Nota	Patrimônio social	Fundo patrimonial	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		<u>5.999.885</u>	<u>-</u>	<u>2.609.044</u>	<u>8.608.929</u>
Alocação do superávit acumulado		2.609.044	-	(2.609.044)	-
Superávit do exercício		-	-	2.489.695	2.489.695
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<u>8.608.929</u>	<u>-</u>	<u>2.489.695</u>	<u>11.098.624</u>
Alocação do superávit acumulado	15	(2.665.876)	5.155.571	(2.489.695)	-
Superávit do exercício		-	-	2.599.498	2.599.498
Saldo em 31 de dezembro de 2025		<u>5.943.053</u>	<u>5.155.571</u>	<u>2.599.498</u>	<u>13.698.122</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Superávit do exercício	2.599.498	2.489.695
Baixa de ativo imobilizado	1.663	204
Depreciação	84.424	84.401
(Aumento) redução nos ativos		
Recursos vinculados	7.301.082	(3.203.775)
Adiantamento a projetos	(921.464)	(3.431.409)
Tributos/encargos a recuperar	(39.496)	17.573
Adiantamentos concedidos	(381.909)	(30.175)
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações sociais e trabalhistas	1.568.416	783.567
Obrigações fiscais e tributárias	193.679	107.688
Obrigações com fornecedores	(448.739)	720.237
Obrigações com projetos	(4.611.802)	7.927.237
Outros passivos	6.317	26.901
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	5.351.669	5.492.144
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(85.873)	(83.862)
(Aplicações) e resgates de aplicações financeiras	(817.456)	(5.155.571)
Caixa líquido nas atividades de investimentos	(903.329)	(5.239.433)
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.448.340	252.711
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.844.716	12.592.005
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.293.056	12.844.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM (“Instituto” ou “IPAM”) é um Instituto de direito privado, sem fins lucrativos, localizado na Avenida Presidente Vargas nº112, 2º andar, centro da cidade de Belém -PA, fundado em 1995 com a missão de contribuir para um processo de desenvolvimento da Amazônia que atenda às aspirações sociais e econômicas da população, ao mesmo tempo em que preserva as funções ecológicas dos ecossistemas da região. As atividades desenvolvidas no IPAM estão estruturadas em 2 eixos estratégicos – Uso da Terra e Cidades Integradas. Esses eixos se subdividem nos subeixos a seguir:

Uso da Terra

Produção familiar sustentável - Buscamos o reconhecimento de produtores familiares como um segmento chave para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Cerrado para a redução dos impactos das mudanças climáticas; gerar impacto com regularidade ambiental, contribuindo para o aumento da renda no campo, a segurança alimentar e o fim do desmatamento; políticas públicas voltadas para a produção familiar estruturadas e em operação.

Territórios naturais protegidos - Buscamos criar impacto com um arranjo integrado de áreas protegidas consolidado (com governança, gestão compartilhada, investimentos, qualidade de vida e segurança alimentar e territorial); pela expansão do sistema de áreas protegidas indicando um uso de conservação para as áreas ainda não destinadas na Amazônia e no Cerrado; pela implementação de estratégias de adaptação a mudanças climáticas para as áreas protegidas; e com uma sociedade informada do papel das áreas protegidas para a conservação e geração de serviços ecossistêmicos.

Agropecuária de baixas emissões - Buscamos uma produção agropecuária moderna, focando em aumento de produtividade onde a floresta é protegida e valorizada. As fazendas são reconhecidas e remuneradas por seus produtos agropecuários e ambientais. E os mercados consumidores contribuem para a sustentabilidade a longo prazo da conservação e da produção.

Cidades Integradas

Relação Campo-Cidade-Florestas: Buscamos entender a relação entre cada paisagem e os impactos que as mudanças climáticas e a expansão urbana sem planejamento podem causar para cada meio. Atuar em busca de uma maior conexão entre as paisagens urbanas, rurais na Amazônia e no Cerrado. Como a ocupação e a expansão desordenada do território e a pressão urbana impacta seu entorno.

Governança e Gestão Urbana: Cidades com permanente melhoria na infraestrutura e eficiência dos serviços públicos, resiliência climática e redução de impactos ambientais gerando mais qualidade de vida para a população.

Os recursos para a consecução da missão do Instituto são repassados por terceiros que financiam a execução dos projetos.

O Instituto é isento à tributação sobre patrimônio, renda e serviços, em decorrência de sua personalidade jurídica ser de direito privado sem fins lucrativos. Adicionalmente, em função da referida personalidade jurídica o superávit não é distribuído, sendo este incorporado ao patrimônio social ao final do exercício.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração financeira, tais como quantidades de solicitações de pagamentos, passagens, diárias, quantidade de projetos entre outros, não foram auditados/revisados pelos auditores independentes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o ITG 2002 (R1), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações gerais emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 03 de agosto de 2026.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.2. Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Instituto em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Reconhecimento de receitas

O Instituto adota o reconhecimento da receita por regime de competência e possui as seguintes fontes de receita:

a) Receita de projetos

Referem-se a recursos recebidos de terceiros com contrapartida específica de alocação em projetos pré-determinados, sendo reconhecidas no resultado no momento em que os recursos são aplicados nos respectivos projetos. O Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) – "Subvenção e Assistência Governamentais" prevê que as doações e subvenções devem ser contabilizadas no resultado ao longo do período necessário para confrontar com as despesas que pretende compensar e que, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, os recursos recebidos devem ser contabilizados em conta específica do passivo.

b) Receita com doações

Referem-se a recursos recebidos de terceiros sem contrapartida vinculada os quais são reconhecidos ao resultado à medida em que os recursos são recebidos, sendo este o momento do seu fato gerador, conforme determinado pela norma ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

c) Receita com taxa administrativa

A taxa administrativa é reconhecida conforme a execução do custo direto de projeto respeitando a particularidade e percentual acordado com o financiador.

3.2. Reconhecimento de despesas dos projetos

O reconhecimento de despesas dos projetos firmados é registrado como tal no momento da ocorrência mediante a ocorrência de seu fato gerador com apresentação de documento contábil (faturas, notas fiscais, recibos etc.) hábil.

O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e as despesas são reconhecidas no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos. Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o prazo de um ano contado a partir de 31 de dezembro de 2025, foram classificados como circulantes e os valores com prazo superior a um ano, foram classificados como não circulante.

3.3. Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para respectiva moeda funcional do Instituto pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

3.4. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação, quando aplicável.

Passivos financeiros - Mensuração subsequente

- Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos

O Instituto não efetuou operações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos, e não possui operações em swap ou similares.

3.5. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significativo de mudanças de valor. São avaliadas pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado.

3.6. Recursos financeiros vinculados a projetos

Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujos valores estão separados em contas por projeto e sua alocação está diretamente ligada ao projeto ao qual se refere.

3.7. Adiantamento a Projetos

Nessa rubrica são registrados os montantes a receber dos financiadores decorrentes de projetos parcialmente ou totalmente executados, que serão ressarcidos após a prestação de contas. Ao final de cada projeto, é realizada uma avaliação do risco existente de recebimento do saldo e, se for constatado que o valor não será ressarcido, a perda é registrada no resultado na conta “Perdas com Encerramento de Contrato”.

3.8. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como "Bens com restrição de uso".

Os bens com restrição de uso são registrados no momento de sua aquisição e, nesse mesmo momento, uma conta redutora no ativo imobilizado é registrada em contrapartida a uma conta de provisão de perda no resultado, reconhecendo a execução do projeto.

Ao final do projeto, em geral, o valor residual do bem é reconhecido como receita de doações e transferido para a propriedade do Instituto e, conseqüentemente, registrado como imobilizado sem restrição. Essa política é aplicada quando não há previsão contratual de doação dos bens a terceiros.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil residual do imobilizado, e são reconhecidos em conta de resultado de Perdas ou de Ganhos na Alienação de Imobilizado, conforme o resultado apurado.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil residual do componente que tenha sido repostado por outro é reconhecido no resultado do período. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.9. Depreciação e amortização

A depreciação e amortização são calculadas sobre o valor depreciável ou amortizável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo durante o prazo de vida útil do bem.

A depreciação e amortização de bens do Instituto (bens sem restrição) são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação e amortização de bens destinados exclusivamente para a execução de projetos (bens com restrição de uso) são contabilizadas em contas retificadoras do imobilizado e do intangível. A depreciação e amortização são realizadas pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente estão apresentadas na Nota 10.

Os métodos de depreciação e amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é considerado o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o valor recuperável dos ativos.

3.11. Obrigações com projetos

Nessa rubrica são registradas as obrigações com os financiadores, decorrentes de recursos financeiros recebidos pelo Instituto e ainda não aplicados na execução dos projetos. À medida que os projetos são executados as receitas são reconhecidas no resultado. Os saldos positivos de projetos encerrados, que não possuem cláusula de devolução ao financiador, são baixados como ganhos no resultado na conta “Ganhos com Encerramento de Contratos”.

3.12. Contratos a executar

O Instituto registra todos os contratos firmados com os financiadores, acompanhando os valores contratados, efetivamente executados e os saldos a executar de cada projeto. Esse grupo de contas é utilizado somente para acompanhamento contratos efetivados, da execução e saldos de contratos a executar não tendo efeito nas demonstrações patrimoniais.

3.13. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O Instituto não prevê benefícios futuros pós encerramento de vínculo junto a instituição.

3.14. Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado. Se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e quando é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, é feito o registro da provisão.

Riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda, inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia da legislação, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

3.15. Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial, por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizadas com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

3.16. Isenções e Benefícios Fiscais do IPAM

O IPAM por ser uma entidade científica sem fins lucrativos goza de isenções e benefícios fiscais tais como:

- Imposto de renda;
- Contribuição social sobre o lucro; e
- COFINS sobre as receitas próprias.

3.17. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. A partir de 2018 o IPAM adotou as recomendações do ITG 2002, do Conselho Federal de Contabilidade, que determina a apropriação das despesas e receitas de projetos no resultado.

4. Caixa e equivalente de caixa

As aplicações financeiras em carteira no exercício são realizadas em títulos de renda fixa os quais detêm remuneração vinculada à variação de 99% a 100% do CDI, dependendo do banco.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	3.133.496	913.038
Aplicações	<u>14.159.560</u>	<u>11.931.678</u>
	<u>17.293.056</u>	<u>12.844.716</u>

4.2. Aplicações Financeiras

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações financeiras	-	5.155.571
	<u>-</u>	<u>5.155.571</u>

O Fundo patrimonial foi criado com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira da instituição e apoiar custos e iniciativas institucionais, incluindo projetos de pesquisa alinhados à missão do IPAM. Esse recurso, em 2024, foi classificado como aplicação financeira de curto prazo. Porém, em 2025, com a criação de um Fundo patrimonial pelo Conselho Deliberativo do IPAM, esse recurso foi transferido para uma linha de realizável a longo prazo, natureza compatível com sua proposta.

As aplicações financeiras em carteira no exercício são realizadas em títulos de renda fixa os quais detêm remuneração vinculada à variação de 99% a 100% do CDI, em 2025, dependendo do banco. Estas taxas variaram no exercício de 2024 entre 96% a 100%.

A receita financeira líquida do IPAM em 2025 resultou em 2.065.781.

5. Recursos financeiros vinculados a projetos

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais. Há hipóteses em que contratualmente o rendimento deve ser aplicado nas atividades do projeto e em outras o rendimento é revertido como receita administrativa do Instituto.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	6.566.364	4.704.274
Aplicações	<u>41.966.160</u>	<u>51.129.332</u>
	<u>48.532.524</u>	<u>55.833.606</u>

As aplicações financeiras em carteira no exercício são realizadas em títulos de renda fixa os quais detêm remuneração vinculada à variação de 99% a 100% do CDI, em 2025, dependendo do banco. Estas taxas variaram no exercício de 2024 entre 96% a 100%.

6. Adiantamentos a projetos

Composto por valores a receber referentes a contratos já executados, e que os recursos dos doadores serão repassados ao Instituto após a prestação de contas dado que são na executados na modalidade reembolso.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Recursos de entidades privadas - internacionais	2.016.378	1.708.984
Recursos de entidades públicas - internacionais	3.484.779	787.132
Recursos de entidades privadas - nacionais	3.630.144	5.684.717
Recursos de entidades públicas - nacionais	-	29.005
	<u>9.131.301</u>	<u>8.209.838</u>

7. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ISS	3.905	3.905
PIS	-	147
COFINS	26.419	26.419
INSS	187	187
IR E CS retidos na fonte	37.956	56
ITCD	1.743	-
	<u>70.212</u>	<u>30.714</u>

Os valores incluem retenções na fonte e valores pagos a maior que serão compensados via processo administrativo, além de IR de férias antecipadas.

8. Adiantamentos concedidos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamentos a funcionários (a)	535.600	305.652
Adiantamento de viagem (b)	48.318	-
Adiantamento a fornecedores (c)	126.663	7.007
Caução de contrato (d)	35.596	32.596
	<u>746.177</u>	<u>345.254</u>

- (a) Adiantamentos a funcionários que dizem respeito às antecipações de benefícios pagos em dezembro de cada ano que se referem a competência de janeiro de do ano seguinte.
- (b) Saldo em 2025 são de adiantamentos realizados pelo Instituto aos funcionários para arcar com despesas em viagens para realizar prestações de contas futuras e já quitadas em 2026.
- (c) O Adiantamento a fornecedores são valores pagos em 2025 aguardando bens ou mercadorias entregues em 2026.
- (d) Cauções dos contratos de locação firmados pelo Instituto para os escritórios de Belém e Santarém, além do contrato de locação de veículos com a Unidas para as unidades do Pará.

9. Aplicações financeiras e outros créditos

No exercício de 2025 foi decidido realizar a abertura do grupo Longo Prazo no ativo e no passivo para melhor clareza dos recursos administrados pela instituição demonstrando a perspectiva de continuidade para os próximos anos.

9.1 Realizável a Longo Prazo

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Institucional (a)	2.141.327	-
Fundo de Pesquisa (a)	3.827.200	-
Caução de Aluguel – LP (b)	4.500	-
	5.973.027	-

- (a) Recursos financeiros vinculados ao Fundo Patrimonial do Instituto, instituído com o objetivo de garantir a sustentabilidade institucional de longo prazo. Os recursos são destinados especificamente ao fomento de programas de pesquisa científica e ao suporte da gestão administrativa da entidade.
- (b) Depósitos em garantia (cauções), valores retidos a título de garantia contratual decorrentes de contratos de locação de longo prazo. Os saldos serão resgatados após o encerramento dos respectivos contratos.

10. Imobilizado

Está registrado pelo custo de aquisição dos bens. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, levando em consideração o período de vida útil e econômica do bem conforme taxas abaixo. As taxas utilizadas estão em conformidade com o Decreto Lei 9580/2018.

Cabe ressaltar que bens usados são depreciados conforme a sua natureza e controle, bens vindo de outra instituição aplica-se a taxa de 50%, bens vindo de projetos os quais foram integralizados a instituição, são depreciados o valor remanescente das parcelas, por este motivo a alíquota em bens de informática está em 17% no quadro geral.

Os grupos do ativo imobilizado são classificados conforme na nota 3.9 e tiveram as seguintes movimentações no ano:

10. Imobilizado

Imobilizado

Bens do Ipam - sem restrição de uso (ativo imobilizado)

	31/12/2024	Adições	Baixa	31/12/2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.310	-	-	1.310
Equipamentos de informática	189.602	63.370	(59.948)	193.024
Máquinas e equipamentos eletrônicos	224.378	20.194	(53.559)	191.013
Móveis e utensílios	91.608	2.309	-	93.917
Instalações	21.922	-	-	21.922
Veículos	213.962	-	(10.200)	203.762
Software	13.239	-	-	13.239
Total Custo	756.021	85.873	(123.707)	718.187

Movimentação de depreciação

	Taxa de depreciação a.a (%)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50
Equipamentos de informática	17
Máquinas e equipamentos eletrônicos	17
Móveis e utensílios	20
Instalações	20
Veículos	10
Software	20
Total depreciado	
Total líquido	

Imobilizado

Bens de Projetos - com restrição de uso (*) - despesas (não auditado)

	31/12/2024	Adições	Baixa	31/12/2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	30.004	-	-	30.004
Equipamentos de informática	1.464.743	355.388	(194.224)	1.625.908
Máquinas e equipamentos eletrônicos	413.995	28.568	(122.889)	319.674
Veículos	1.199.734	51.760	-	1.251.494
Bens em imobilização	9.000	-	(9.000)	-
Software	125.983	-	-	125.983
Móveis e Utensílios	-	6.425	-	6.425
Total Custo	3.243.460	442.141	(326.113)	3.359.488

Movimentação de depreciação

	Taxa de depreciação a.a (%)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4
Equipamentos de informática	17
Máquinas e equipamentos eletrônicos	17
Veículos	10
Software	50
Móveis e Utensílios	10
Total depreciado	
Total líquido	

	31/12/2023	Adições	Baixa	31/12/2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.310	-	-	1.310
Equipamentos de informática	160.563	29.038	-	189.602
Máquinas e equipamentos eletrônicos	169.555	54.823	-	224.378
Móveis e utensílios	91.608	-	-	91.608
Instalações	21.922	-	-	21.922
Veículos	224.162	-	(10.200)	213.962
Software	13.239	-	-	13.239
Total	682.359	83.862	(10.200)	756.021

	31/12/2023	Adições	Baixa	31/12/2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.310)	-	-	(1.310)
Equipamentos de informática	(122.899)	(18.983)	-	(141.881)
Máquinas e equipamentos eletrônicos	(119.373)	(10.460)	-	(129.832)
Móveis e utensílios	(47.289)	(9.162)	-	(56.450)
Instalações	(10.480)	(2.192)	-	(12.672)
Veículos	(60.629)	(40.956)	9.996	(91.590)
Software	(2.207)	(2.648)	-	(4.854)
Total depreciado	(364.186)	(84.401)	9.996	(438.591)
Total líquido	318.173	(539)	(204)	317.430

	31/12/2023	Adições	Baixa	31/12/2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	30.004	-	-	30.004
Equipamentos de informática	1.239.639	227.103	(1.999)	1.464.743
Máquinas e equipamentos eletrônicos	407.124	6.871	-	413.995
Veículos	1.199.734	-	-	1.199.734
Bens em imobilização	9.000	-	-	9.000
Software	125.983	-	-	125.983
Móveis e Utensílios	-	-	-	-
Total	3.011.485	233.974	(1.999)	3.243.460

	31/12/2023	Adições	Baixa	31/12/2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(23.290)	(1.936)	-	(25.226)
Equipamentos de informática	(692.330)	(188.198)	666	(879.862)
Máquinas e equipamentos eletrônicos	(356.082)	(8.878)	-	(364.959)
Veículos	(320.338)	(239.947)	-	(560.285)
Software	(92.983)	(12.000)	-	(104.983)
Móveis e Utensílios	-	-	-	-
Total depreciado	(1.485.023)	(450.959)	666	(1.935.315)
Total líquido	1.526.461	(216.986)	(1.334)	1.308.143

(*) Bens de projetos com restrição de uso - demonstra os bens adquiridos por meio de contratos para utilização exclusivamente na execução de projetos. Os bens com restrição de uso são registrados no momento de sua aquisição e, nesse mesmo momento, são registrados como despesa no resultado, reconhecendo a execução do projeto. Existem previsões contratuais de alguns projetos que estabelecem que após o encerramento dos mesmos os bens adquiridos, através de seus recursos serão doados ou passarão a ser da Instituição, conforme explicado no item 3.9.

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de FGTS	171.964	149.289
Provisão de INSS	906.218	413.450
Provisão de PIS	28.044	12.689
Provisão de férias e encargos	3.005.770	2.582.267
Provisão de multa rescisória	2.367.007	1.861.580
Outros encargos	448.694	340.006
	6.927.697	5.359.281

12. Obrigações com projetos

	31/12/2025	31/12/2024
Recursos de entidades públicas - consultoria	38.341	-
Recursos de entidades públicas - nacional	-	96.285
Recursos de entidades públicas - internacional	7.377.987	5.507.404
Recursos de entidades privadas - consultoria	-	-
Recursos de entidades privadas - nacional	10.629.658	11.353.739
Recursos de entidades privadas - internacional	27.444.923	40.093.365
Rendimento financeiro	14.439.752	7.491.668
	59.930.660	64.542.461

As obrigações com projetos são compostas pelos valores recebidos financeiramente referentes aos projetos aprovados em contrato junto aos financiadores, deduzido das respectivas despesas dos projetos executados até a data do balanço. Os saldos representam a obrigação que o Instituto possui de execução futura dos projetos.

Ao final de cada período são identificados saldos financeiros de projetos encerrados e que já tiveram as prestações de contas aprovadas. Para os saldos em que não há previsão de devolução, é feito o reconhecimento de ganho no resultado. Estas situações ocorrem principalmente por causa de variação cambial (é previsto um valor em reais maior ou menor do que de fato é recebido), ou porque contratos podem ser encerrados antes do tempo previsto ou porque houve rendimento financeiro não utilizado pelo projeto.

12. Obrigações com projetos

A movimentação das obrigações com projetos é demonstrada da seguinte forma:

	31/12/2024	Recebimentos	Execução	Taxa recorrente	Taxa inicial	Ganho/ Perda	Rendimento	Adt taxa inicial	31/12/2025
Recursos de entidades públicas – consultoria	2.394	52.600	(11.883)	(2.377)	-	-	-	10.680	51.414
Recursos de entidades públicas - nacional	77.088	55.000	(76.263)	(12.227)	(7.030)	1.803	(1.038)	(7.030)	30.303
Recursos de entidades públicas – internacional	4.322.037	8.986.298	(9.238.069)	(475.247)	(88.661)	-	712.526	38.283	4.257.167
Recursos de entidades privadas – consultoria	25.314	-	-	-	-	-	-	-	25.314
Recursos de entidades privadas - nacional	8.260.485	34.473.920	(27.944.985)	(2.891.690)	(240.661)	61.517	837.686	112.513	12.668.785
Recursos de entidades privadas – internacional	51.855.143	17.801.332	(28.923.465)	(3.612.051)	(28.441)	380.635	4.650.258	15.479	42.138.889
	64.542.461	61.369.150	(66.194.665)	(6.993.592)	(364.793)	443.955	6.199.432	169.924	59.171.872

12. Captação e execução de recursos classificados por fonte de financiamento.

	Entidades Internacionais	Entidades privadas nacionais	Entidades públicas nacional	Consultoria	Total
Saldo 2024	26.785.044	31.162.904	581.000	-	58.528.949
Orçamento	16.873.433	39.764.539	69.500	263.000	56.970.472
Ajustes de orçamento	(3.930.464)	(681.254)	(167.000)	-	(4.778.718)
Recebidos	(26.787.630)	(34.473.920)	(55.000)	(52.600)	(61.369.150)
Saldo em 31/12/2025	12.940.382	35.772.270	428.500	210.400	49.351.552
Saldo a executar 2024	68.203.058	35.522.912	641.250	-	104.367.220
Orçamento	16.873.433	39.764.539	69.500	263.000	56.970.472
Ajustes de orçamento	(2.497.650)	(2.634.129)	(547.533)	(10.680)	(5.689.992)
Execução com ganhos/perdas	(41.985.299)	(31.015.820)	(93.717)	(14.259)	(73.109.096)
Saldo a executar 2025	40.593.542	41.637.502	69.500	238.061	82.538.604

O quadro demonstra que em 2025 foram captados R\$ 56.970.472 em novos contratos para serem executados ao longo da vigência. Houve execução de projetos no total de R\$ 73.109.096 e um saldo a executar orçado para os exercícios seguintes no valor de R\$ 82.538.604. Essas informações são meramente orçamentárias não fazendo parte, portanto, dos saldos consignados nas demonstrações financeiras e por esse motivo não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes.

13. Processos judiciais e contingências passivas

O Instituto não possui causas judiciais e processos administrativos em aberto perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos em que figure como réu.

14. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração incluindo salários, honorários e benefícios variáveis de curto prazo totalizou R\$ 1.275.819, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.216.295 em 2024). Durante o exercício não houve outras transações relevantes com partes relacionadas, além da remuneração.

15. Patrimônio líquido

15.1 Patrimônio social

O patrimônio líquido do IPAM é formado pelo patrimônio social substancialmente derivado dos superávits acumulados de exercícios anteriores e pelo superávit do exercício corrente. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 13.698.122.

15.2 Fundo patrimonial

Com a criação do Fundo Patrimonial decidimos fazer a abertura da linha que conta com o valor de R\$ 5.155.571 e ela é regida pela política de Fundo Patrimonial.

O objetivo destes fundos é destinar recursos próprios a projetos de interesse da instituição sem a necessidade de ter um financiador.

O fundo do IPAM opera sob o modelo de gestão interna, inspirado na Lei 13.800/2019, sua estrutura de governança e gestão segue diretrizes institucionais próprias, e não o arcabouço previsto pela legislação. No entanto, o fundo é pautado pelos mesmos princípios norteadores da lei, tais como:

- Apoio ao interesse público: fomento à pesquisa científica, inovação, meio ambiente e educação;
- Preservação do capital: proteção do patrimônio principal com foco na perenidade de longo prazo;
- Transparência e separação: gestão transparente com clara segregação de finalidades e recursos;
- Alinhamento estratégico: aplicação estritamente vinculada à missão institucional do IPAM.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Patrimônio Social	8.542.551	11.098.624
Fundo Patrimonial	5.155.571	-
	<u>13.698.122</u>	<u>11.098.624</u>

16. Receita com taxa administrativa

Contratualmente é destinado um percentual dos recursos de projetos para suprir o custo administrativo do Instituto, que varia de 7% a 25% do montante de custos diretos do projeto - o que representa 6,5% a 20% do valor total do contrato. (ver nota 3.1 para mais detalhes).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Recursos de entidades públicas - consultoria	2.377	-
Recursos de entidades públicas - nacional	19.257	8.863
Recursos de entidades públicas - internacional	563.908	1.269.379
Recursos de entidades privadas - nacional	3.132.352	1.830.928
Recursos de entidades privadas - internacional	3.640.492	2.669.120
	<u>7.358.386</u>	<u>5.778.291</u>

17. Salários e encargos sociais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e encargos	(3.206.269)	(2.977.704)
Vale transporte	(8.966)	(11.172)
	<u>(3.215.235)</u>	<u>(2.988.876)</u>

18. Consultorias e serviços

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviço de consultoria	(215.459)	(45.836)
Serviços de auditoria	(75.708)	-
Serviço de informática	(44.294)	(101.603)
Serviço jurídico	(99.600)	(160.200)
Serviço de licença de uso	(469.315)	(329.184)
	<u>(904.376)</u>	<u>(636.824)</u>

19. Despesa com viagens e eventos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas com viagens (a)	583.351	390.375
Despesas com eventos (b)	960.604	381.272
	<u>1.543.955</u>	<u>771.647</u>

O aumento das despesas com viagens e eventos deve-se:

- (a) A reclassificação da linha de diárias, que antes era apresentada no grupo de 'Salários e encargos sociais' (cujo montante foi de R\$ 170.042 em 2024 e de R\$ 208.596 em 2025);
- (b) Despesas com eventos foi maior por três ações principais: o jantar comemorativo promovido pelo IPAM na COP 30 (R\$ 334.800), a comemoração dos 30 anos do IPAM (R\$ 121.660) e a Missão China (R\$ 85.413).

20. Despesas com utilidades e serviços

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Água e esgoto	(472)	(454)
Energia elétrica	(14.615)	(13.742)
Telefonia	(11.273)	(10.863)
Condomínio	-	(750)
Aluguéis de equipamentos	(4.560)	(4.654)
Aluguéis (a)	(520.216)	(142.203)
Infraestrutura	(142.273)	(236.827)
	<u>(693.409)</u>	<u>(409.493)</u>

- (a) Acomodações para delegação IPAM na COP 30 no valor de R\$ 301.742.

21. Despesas gerais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Alimentação	(33.227)	(52.302)
Bens de pequeno valor	(16.024)	(124.082)
Brindes	(68.337)	(84.391)
Combustíveis	(7.772)	(4.692)
Copa e cozinha	(3.850)	(2.921)
Correios e malotes	(25.433)	(5.063)
Serviços de edição	(77.766)	(46.455)
Material de escritório	(8.906)	(5.557)
Material de informática	(20.687)	(33.490)
Material de Limpeza	(9.286)	(5.851)
Material de manutenção e reparo	(14.634)	(17.921)
Revistas e publicações (a)	(320.471)	(12.229)
Serviços de entrega	-	(2.257)
Serviços de PJ	(271.598)	(230.974)
Outras despesas	(62.318)	(21.144)
Serviços e reformas	-	(93.210)
Tributos	(49.178)	(14.377)
Material de campo	(8.820)	(14.520)
Outros serviços	(118.526)	(68.977)
Doação a Terceiros (b)	(74.791)	-
Material de obras reformas	-	(39.950)
	<u>(1.191.624)</u>	<u>(880.363)</u>

(a) Vídeo institucional 30 anos IPAM e site do IPAM;

(b) Doação Institucional para comunidade tradicional a partir da compra de utensílios (colchões, cobertores e outros) para auxiliar na estrutura onde essa comunidade iria se instalar durante evento sobre clima em Belém.

22. Perdas (Ganhos) no encerramento dos projetos, líquido

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Recursos de entidades públicas - nacional	1.803	-
Recursos de entidades públicas - internacional	-	(262)
Recursos de entidades privadas - nacional	61.517	(92.002)
Recursos de entidades privadas - internacional	380.635	1.843
	<u>443.955</u>	<u>(90.420)</u>
Perda no encerramento de projetos	-	(138.782)
Ganho no encerramento de projetos	443.955	229.202

Eventuais ganhos ou perdas no encerramento de projetos consideram o valor apurado final relacionados a ganho/perda cambial entre o montante recebido e executado, resultado financeiro líquido, contemplando a diferença (positiva ou negativa) entre receitas com aplicação de recursos financeiros e despesas financeiras, tais como tarifas e taxas, e/ou execução acima ou abaixo do orçado originalmente, e que contratualmente no encerramento do projeto deve ser suportado (quando perda) ou absorvido (quando ganho) pelo Instituto.

23. Custos e receitas com projetos

Estes custos representam os gastos efetivos na execução das obrigações contratuais de cada projeto, detalhados segundo a sua natureza:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e encargos		
Salários e ordenados	(13.699.598)	(11.587.277)
INSS	(3.597.429)	(3.103.453)
Encargos e outros custos com folha	(2.272.951)	(3.482.246)
Vale alimentação	(2.175.348)	(1.730.998)
Férias	(1.658.974)	(1.443.576)
13º salário	(1.282.948)	(1.053.037)
FGTS	(1.138.415)	(962.736)
Assistência médica	(1.124.268)	(885.687)
PIS	(140.886)	(118.667)
	<u>(27.090.817)</u>	<u>(24.367.678)</u>
Consultorias de serviço		
Consultorias e serviços diversos	(5.305.227)	(3.449.770)
	<u>(5.305.227)</u>	<u>(3.449.770)</u>
Despesas com viagens		
Locação de equipamentos veículos e recintos	(4.948.258)	(1.161.644)
Outros custos com viagem e eventos	(4.370.454)	(6.573.844)
Diárias e hospedagem	(3.562.329)	(1.255.555)
Passagens	(2.987.143)	(2.690.082)
Alimentação	(703.795)	(800.690)
	<u>(16.571.979)</u>	<u>(12.481.816)</u>
Parcerias técnicas		
Parcerias técnicas	(4.417.850)	(5.014.685)
	<u>(4.417.850)</u>	<u>(5.014.685)</u>
Baixa de imobilizado do projeto		
Baixa de imobilizado do projeto	(442.141)	(233.974)
	<u>(442.141)</u>	<u>(233.974)</u>

Outros custos	31/12/2025	31/12/2024
Outros serviços e custos	(2.060.754)	(478.646)
Bolsa de pesquisa	(920.660)	(402.819)
Despesas tributárias	(868.058)	(1.060.154)
Serviços gráficos e diagramação	(516.218)	(413.279)
Aluguéis	(347.812)	(336.881)
Serviços de publicidade	(291.496)	(240.963)
Infraestrutura de rede	(268.730)	(134.380)
Seguros	(100.020)	(99.896)
Serviço de limpeza	(78.982)	(22.116)
	(5.452.730)	(3.189.135)
Gastos com materiais	31/12/2025	31/12/2024
Materiais de campo	(2.870.513)	(1.701.773)
Doações a terceiros	(1.364.563)	(185.557)
Outros custos	(405.076)	(318.714)
Combustíveis e lubrificantes	(356.951)	(190.568)
Material de manutenção	(272.735)	(92.438)
	(5.269.838)	(2.489.051)
Serviços ambientais	31/12/2025	31/12/2024
Pagamento por serviços ambientais	(1.644.082)	(7.177.383)
	(1.644.082)	(7.177.383)

24. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos do Instituto em 31 de dezembro de 2025 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

a) Aplicações financeiras

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos. São mensurados pelo valor justo.

b) Recursos vinculados a projetos

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos. São mensurados pelo valor justo.

c) Adiantamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

d) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados ao custo amortizado.

Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Instituto são realizadas com instituições financeiras que não possuam alto risco de crédito determinado por agências renomadas de rating, o que minimiza seus riscos. O Instituto constitui provisão em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização dos adiantamentos; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Instituto podem ser assim enumerados:

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela Instituição e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de contratos e termos de cooperação. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitas somente transações com entidades de grande porte e baixo risco. Os limites de riscos individuais de credores são determinados com base em classificações internas de acordo com históricos de relacionamento.

Risco de taxa de juros

O Instituto está exposto à oscilação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras. A mudança de valor é insignificante nas operações.

Risco de liquidez

O principal risco relacionado à liquidez refere-se ao monitoramento dos recursos recebidos antecipadamente e as suas utilizações na realização dos projetos. Essa liquidez é administrada por meio do monitoramento dos recursos e obrigações conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Recursos vinculados a projetos (nota 5)	48.532.524	55.833.606
Adiantamentos a projetos (nota 6)	9.131.301	8.209.838
Receita a executar (nota 12)	(59.171.872)	(64.542.461)
	(1.508.047)	(499.016)

A fim de garantir a continuidade e confiabilidade junto aos parceiros, a instituição realiza reservas em aplicações financeiras, com o objeto de arcar, se necessário, com recursos não recebidos dos projetos.

Saldo das Aplicações Financeiras em 31/12/2025 (R\$)		Receita Financeira Projetada (R\$)		
		Cenário I (Provável)*	Cenário II	Cenário III
Sem Restrição	14.159.560	2.102.695	1.577.021	1.051.347
Com Restrição	41.966.160	6.231.975	4.673.981	3.115.987

* Considerou a projeção do CDI 2025 FOCUS / Bacen em - 26/12/2025 igual a 15,00% para o período.

Saldo das Aplicações Financeiras em 31/12/2024 (R\$)		Receita Financeira Projetada (R\$)		
		Cenário I (Provável)*	Cenário II	Cenário III
Sem Restrição	17.087.249	2.520.369	1.890.277	1.260.185
Com Restrição	51.129.332	7.541.576	5.656.182	3.770.788

* Considerou a projeção do CDI 2023 FOCUS / Bacen em - 27/12/2024 igual a 11,75% para o período.

Análise de sensibilidade

O IPAM não utiliza capital de terceiros para execução dos projetos nem para suas atividades administrativas, e por isso, não incorre em despesa financeira com juros. Por outro lado, a depender da orientação do financiador, os recursos recebidos para execução dos projetos ficam aplicados em CDB, que renderam em média 99% do CDI em 2025.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Índice médio de CDI	99%	99%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores ao qual o Instituto está exposto, na base de 31 de dezembro de 2025, foram estimados 3 cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base neste montante, definimos o Cenário Provável para os 12 meses seguintes (Cenário I). A partir desse cenário (Provável) simulamos redução de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato.

Vitor dos Santos Amancio
Diretor-Financeiro

Nadiegue Puhl Maciel
Contador
CRC 090128/O9

Clarice da C. S. S. Serra
Gerente Administrativo